CURSO

Elites políticas mineiras na primeira república brasileira

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
UFJF

Lima Barreto, indo além dos limites de seu próprio tempo, abusou do ofício, intrinsecamente nacional, de caricaturar seu próprio país, ao caracterizar a Primeira República Brasileira, através da criação da metáfora de um país inexistente, “A República dos Bruzundangas”. Para Assis Barbosa¹, o termo expressaria um país de trapalhadas e encrencas, confusamente manifestadas através da construção de um sistema institucional inspirado no modelo norte-americano, e exercido pelos grandes estados: o dos bois (Minas Gerais), o dos rios (Rio de Janeiro), o da cana (Pernambuco) e o do Kaphet (São Paulo).

O autor retrata irônica e comicamente uma realidade vivida por ele, e narrada pelos historiadores: um país, cuja marca política principal, era a hegemonia política dos grandes estados. Reproduz criticamente seu modelo de federalismo; zomba do falseamento das instituições pretensamente democráticas; ri da elite de seu tempo. É sobre este modelo político de república que me dedico a analisar. Tarefa não muito fácil, em função da extensa bibliografia já produzida sobre o período, o que torna o compromisso com a originalidade um desafio.

Com esta pesquisa, estamos estudando as relações interestaduais de poder no regime republicano implantado, tendo como ponto de partida uma de suas unidades federativas – Minas Gerais – buscando mensurar qual foi o impacto das relações intra-oligárquicas mineiras sobre o comportamento político de sua elite no cenário federal. Estamos revendo a produção historiográfica brasileira a respeito da chamada *política do café-com-leite*, expressão que inspira a hegemonia política dos dois estados cafeeiros: Minas e São Paulo, buscando não só relativizar os termos desta aliança, como também a sua própria hegemonia.

Na historiografia política sobre a Primeira República no Brasil pode-se destacar três tendências metodológicas. A *primeira* consiste em isolar as elites

• Resumo do curso “Elites políticas Mineiras na Primeira República Brasileira”, oferecido de 23 a 26 de julho.

¹BARBOSA, Assis. (org) 1993.

políticas de seu conteúdo de classe, ao afirmar que as mesmas atuam no Estado na defesa de interesses coletivos, e não especificamente corporativos². Os trabalhos historiográficos relacionados a esta tendência subestimam a hegemonia política da aliança Minas-São Paulo. No caso mineiro, procuram excluir qualquer ligação entre o café e a forte presença política de Minas no cenário nacional. No caso paulista, procuram afiançar que os ganhos políticos de São Paulo não corresponderam a seu êxito no campo econômico, destacando suas contínuas derrotas políticas.

A *segunda* tendência se caracteriza por perceber a ação das elites políticas como sendo meros reflexos de sua situação de classe. De base marxista, esta tendência tem afiançado que as elites políticas atuam como representantes dos interesses econômicos dominantes em uma sociedade. Os trabalhos que a ela se relacionam³ procuram destacar a hegemonia política e econômica da aliança Café com Leite, levando para segundo plano, suas rupturas internas e suas derrotas políticas. Tendem a obscurecer a atuação das chamadas *oligarquias de segunda grandeza* e vinculam a hegemonia política, tanto de São Paulo como de Minas Gerais, à ascensão econômica do café. Relacionam pois, a atuação de suas elites políticas aos interesses agro-exportadores.

A *terceira* tendência, mais recente, tenta colocar-se a um meio caminho entre a primeira e a segunda citadas, procurando resgatar a autonomia relativa das elites políticas em relação aos interesses econômicos em curso. A atuação das elites no seio do Estado, não estaria nem totalmente desconectada aos interesses econômicos hegemônicos, e nem condicionada pelos mesmos. Os trabalhos recentes que se relacionam a esta tendência procuram relativizar, não só o caráter monolítico de dominação do eixo Minas-São Paulo, como a atuação de suas próprias elites na defesa dos interesses cafeeiros. Sem negar a hegemonia dos dois estados no quadro nacional, a qual se fundamentava em bases econômicas cafeicultoras, reconhecem que tal hegemonia foi construída com muita dificuldade, e que nem sempre as elites políticas atuaram segundo interesses exclusivamente corporativos. Uma vez no poder, as mesmas detinham certo grau de autonomia que as levava a defender interesses coletivos, mesmo que eventualmente contrários à cafeicultura. Estas pesquisas têm privilegiado o estudo das oligarquias de segunda

² Destacam-se como trabalhos representativos deste paradigma os de Amílcar Martins Filho para o caso de Minas Gerais (1987) e o de Simon Schwartzman para o caso de São Paulo (1970).

³ No caso de Minas Gerais destaca-se o trabalho de Paul Cammack (1979) que se contrapôs às conclusões de Amílcar Martins (op. cit.). A respeito de São Paulo vários autores podem ser citados. Para os fins deste trabalho, destacaremos o resumo de caráter historiográfico de Boris Fausto (1972).

grandeza, destacando o papel desestabilizador do Rio Grande do Sul e a atuação das oligarquias fluminenses na tentativa de construção de um eixo alternativo de poder.⁴ Nosso trabalho se coloca sob a perspectiva desta terceira tendência.

A pesquisa se embasa em três grandes eixos. O *primeiro* diz respeito às articulações internas da elite política mineira, visando apreender como se produzia o conflito de interesses e identificar os fundamentos básicos da formação e decomposição de alianças. O *segundo* eixo diz respeito às relações existentes entre elite política e elite econômica em Minas Gerais. O *terceiro* eixo consiste em analisar a atuação das elites mineiras, a nível federal, identificando o papel de Minas na federação, sobretudo em relação à aliança com São Paulo.

O que se destaca nos estudos produzidos acerca do primeiro eixo é a regionalização dos interesses políticos em Minas Gerais. É comum entre os estudiosos a idéia de que Minas, em função de sua formação histórica específica, aliada à composição de seu quadro natural, era formada por regiões distintas entre si, dificultando a sua interligação. Desta forma, o estado apresentar-se-ia como um mosaico⁵, composto por sub-regiões política, econômica e culturalmente distintas. Este mosaico dificultaria a união entre as elites mineiras, as quais tenderiam, naturalmente, a uma ação centrífuga e dispersa. Caberia ao estado um importante papel: unificar os diversos interesses existentes, habilitando Minas a uma ação política unificada no plano nacional.

Os autores que partilharam da idéia do mosaico regionalizaram as ações políticas das elites mineiras. Para eles, durante a Primeira República, predominaram três regiões politicamente mais importantes no estado: o sul, o centro (mais tarde conhecido como zona metalúrgica) e a zona da mata. Além delas, a região de campos (que tem como cidades-pólo, Barbacena e São João Del Rei), o triângulo e o norte apareciam como regiões de importância política menor.

Afonso Arinos⁶ assinala com destaque a base regional e também econômica das alianças políticas formadas. Para o autor, as regiões cafeeicultoras (Mata e Sul) agiam conjuntamente em oposição às demais regiões. O centro de Minas tinha o seu poder político derivado da tradição de ter sido a região mais rica no período da opulência do ouro e de ser a sede da capital do estado (Ouro Preto e, posteriormente, Belo Horizonte). O sul e a mata teriam o poder derivado de sua riqueza econômica provinda do café. Os dois grupos disputaram e obtiveram a hegemonia política do estado.

⁴Neste grupo de autores destacam-se os trabalhos de Steven Topik (1989), Winston Fritsch (1989), Eduardo Kugelmas (1986) Marieta M. Ferreira (1994) e Armelle Enders (1993).

⁵WIRTH, John. (1982)

⁶FRANCO, Afonso A. de M. 1955

Em sua trilha caminharam outros trabalhos de importância. Resende⁷, em seu minucioso estudo sobre o PRM, reconhece o mesmo conflito de interesses. Para a autora, até o governo estadual de Silviano Brandão, as elites mineiras viviam conflitos interregionais latentes que impossibilitavam Minas de exercer uma projeção nacional. No entanto, o referido governo foi marcado pela formulação de um acordo tácito intra-elitista que habilitou o estado a caminhar unido, a apoiar o pacto oligárquico e a potencializar-se para a disputa do poder a nível federal.

O trabalho de Wirth⁸ também caminha na mesma direção. Realça que o poder político em Minas, após a sua unificação interna, encontrava-se sob os auspícios das regiões cafeeiras lideradas por Silviano Brandão. Seguindo a trilha de Afonso Arinos, afirma que os políticos da Zona Metalúrgica (Centro) eram mais cosmopolitas e progressistas, por estarem associados às regiões mineradoras (urbanas), ao passo que os da Mata, ligados às atividades rurais da agro-exportação, seriam conservadores e autoritários.

Cardoso Silva⁹ entra no debate marcando uma mudança nos rumos das alianças regionais. Realça a supremacia da aliança Centro-Sul condicionada pelo fato de não reconhecer a Mata como pólo industrial, e sim o sul de Minas, (indústria de laticínios). Desta forma, o centro optaria por aliar-se ao Sul, por ser este mais promissor, condicionado pela proximidade a São Paulo, ao passo que a Mata receberia maiores influências do “decadente” Rio de Janeiro.

Peter Blasenheim¹⁰ afirma ter sido a Mata politicamente subordinada, mas afirma que no período não havia nenhuma região com poder suficiente para obter hegemonia no Estado. As clivagens existentes entre a Mata e a política Alvinista¹¹, imposta pelo Centro, eram de caráter econômico e não ideológico, uma vez que Alvim estava associado politicamente à mineração.

David Fleischer¹² reafirma os fundamentos regionais das disputas nos mesmos termos de Arinos. Mas destaca a existência de clivagens, após o pacto

⁷ RESENDE, M. (1982)

⁸ WIRTH, J. op.cit.

⁹ SILVA, V. (1977)

¹⁰ BLASENHEIM, P. (1982)

¹¹ Política alvinista tem como referência à liderança de Cesário Alvim. Político oriundo da zona da mata, que construiu sua base política na região central. Foi indicado presidente de Minas após a proclamação da república e liderou movimento de forte oposição à ascensão dos republicanos históricos ao poder no estado.

¹² FLEISCHER, David (1978)

interno ocorrido no governo Silvano. O novo PRM surgido teria sido formado por três grupos: os biistas, chefiados pela força política de Bias Fortes; os salistas, por Francisco Sales e os silvanistas, por Silvano Brandão. O que marca esta abordagem, que igualmente é partilhada pelos autores acima citados, é a personificação das disputas após o período de Silvano, as quais deixam de ser sub-regionais¹³ e passam a ser parte das lealdades individuais.

Sem descartar a idéia da existência do mosaico mineiro, e as dificuldades por ele geradas na composição de uma homogeneidade política no estado, partimos do pressuposto de que se formaram grupos políticos, ligados por relações de lealdade pessoal, que se faziam e se desfaziam em função de interesses específicos. Desta forma, acreditamos que os critérios de composição e decomposição de alianças não eram exclusivamente regionais. Obedeciam a um conjunto de elementos delineadores que variavam desde o compartilhamento de ideais políticos e interesses econômicos até lealdades individuais, e também, mas não prioritariamente, disputas interregionais. Rompemos com a idéia de que predominou em Minas a conciliação dos interesses a partir da criação do novo PRM¹⁴, o qual teria habilitado Minas à participação política na esfera federal, no âmbito do pacto oligárquico proposto por Campos Salles. Em nosso trabalho, destacamos a permanência de conflitos políticos recorrentes em todo o período cronológico em análise, os quais interferiram diretamente na atuação política de Minas no cenário federal.

No que toca à existência ou não da representação de interesses, a historiografia mineira divide-se em dois campos de análise. O primeiro, que parte do pressuposto de que as elites mineiras não atuavam na defesa de interesses econômicos, mas mantinham com o estado, uma relação nos moldes do patrimonialismo weberiano, tem por principal representante Amílcar Martins¹⁵, cujo trabalho figura entre os mais importantes estudos já produzidos neste campo. Partindo do pressuposto teórico weberiano, o autor afirma que não havia em Minas, no período em foco, ocorrido a representação de interesses corporativos por parte das elites cafeicultoras. Por ser Minas formada por regiões economicamente descentralizadas e auto-suficientes, o estado não aparecia como instrumento de obtenção de ganhos econômicos adicionais. As elites produtoras, independentes e diferenciadas em suas demandas, estariam impossibilitadas de atuarem conjuntamente na defesa de interesses próprios. Portanto, formou-se no

¹³Silvano Brandão e Francisco Sales eram do Sul de Minas. Bias Fortes era da região de Campos (Barbacena)

¹⁴ Idéia que se encontra mais destacada em Rezende, A. E. L. op. cit.

¹⁵ MARTINS, A. op. cit.

estado mineiro, uma elite política desvinculada dos interesses econômicos, que ocupava o poder em busca, exclusivamente, de prebendas políticas. Esta elite, a nível nacional, só atuava, eventualmente, na defesa dos interesses do café, com o objetivo de manter a aliança com São Paulo, na medida em que para o autor, a produção do café em Minas¹⁶ foi decadente e insignificante após a primeira crise do café.

Vera Alice¹⁷, em uma análise comparativa entre as burguesias de São Paulo e Minas Gerais, afirma que as primeiras, em função de sua grande produção de café, foram dinâmicas e atuaram nacionalmente na defesa de seus interesses. Mas as mineiras, por não possuírem respaldo econômico, não conseguiram formar-se enquanto uma burguesia agrária, e passaram a atuar tradicionalmente, na disputa de benefícios políticos, de caráter clientelístico, a nível nacional.

O trabalho de Carrara¹⁸ segue também na direção de Martins. Afirma não haver uma correspondência direta entre elite política e predomínio da cafeicultura, na medida em que os políticos mais destacados da Zona da Mata, provinham de cidades não cafeeiras da região, ou de onde o café havia surgido muito tardiamente (Carlos Peixoto, Raul Soares, Arthur Bernardes, dentre outros). Destaca igualmente, que em regiões não cafeeiras de Minas, a elite política tendia a ter um comportamento mais independente e menos ligado aos compromissos coronelistas em curso, o que não ocorria nas regiões cafeeiras, as quais tinham que se utilizar do estado para a obtenção de favores.

O que há em comum neste grupo de autores é a subestimação do potencial econômico do café mineiro. Embora sejam citadas cifras percentuais acerca do peso do café mineiro no conjunto das exportações nacionais – variando de 20 a 30% – o estado é visto como dependente economicamente da federação, chegando a ser colocado como inferior inclusive a Bahia¹⁹.

Um segundo grupo de autores destaca a existência de relações mais aproximadas entre as elites econômicas e políticas no estado. Wirth²⁰ relata a fragilidade das associações representativas de interesse dos mineiros, cujo grande número era indício de desunificação, em função das duplicatas que eram formadas. No entanto, o autor não descarta a existência de pressões políticas exercidas por

¹⁶ Para suas observações a respeito da economia mineira o autor se baseou, prioritariamente, em LIMA, J. (1981)

¹⁷SILVA, Vera A. C. op. cit.

¹⁸CARRARA, Ângelo. (1993)

¹⁹Este é o caso de Silva, V. A. C. op. cit.

²⁰WIRTH, J. op. cit.

parte dos cafeicultores mineiros na defesa de uma política fiscal menos rigorosa, favorável a seus interesses. Estas pressões eram feitas, porém, através de outros meios, que não os tradicionalmente usados como canais corporativos.

Blasenheim²¹ caminha em sentido semelhante, ao destacar a ação dos fazendeiros da Zona da Mata na defesa dos interesses do café. Destaca a sua ação na melhoria da malha ferroviária e na redução das tarifas alfandegárias e fiscais. Mas destaca o desinteresse dos cafeicultores mineiros em relação às políticas de valorização do café. O autor afirma que os mineiros aceitaram o Convênio de Taubaté só por imposição e desespero, na medida em que o referido acordo não atendia aos interesses da elite cafeicultora mineira.

Rezende²², embora não priorize em suas análises o estudo destas relações, afirma em caráter conclusivo, que Minas só buscou ter projeção nacional após a crise de sua cafeicultura – a autora se refere à crise de 1898 – para conseguir do estado nacional, apoio a sua sobrevivência econômica. Mas a autora não preocupou-se em delimitar como, a nível nacional, as elites mineiras atuaram na defesa desses mesmos interesses.

Pesquisas mais recentes, no campo da História da Zona da Mata de Minas Gerais, foram responsáveis por importante revisão historiográfica em torno da cafeicultura²³, sugerindo a necessidade de mudar-se o eixo dos debates.

Segundo resultados de pesquisas mais recentes, a cafeicultura da Zona da Mata mineira representou, durante todo o período em foco, a maior parte das exportações mineiras do produto, em uma percentagem média de 70% contra 30% do sul de Minas. Durante todo o período, a produção cafeeira do estado manteve-se estável, correspondendo em média, a 20% da produção brasileira. Diferentemente da produção paulista, que manteve-se sempre em escala ascendente, e da produção carioca, que manteve-se em escala descendente, a produção mineira vivenciou as diversas crises do café mantendo a estabilidade percentual no conjunto da exportação cafeicultora brasileira. Em termos absolutos, porém, a produção mineira teve ascensão gradual e constante.

O peso das exportações do café na economia do estado de Minas foi o tempo todo majoritário, variando de 50 a 68%. A receita do estado, por sua vez, dependia quase que exclusivamente, no período em foco, do desempenho da cafeicultura, não só através do recolhimento do imposto sobre a exportação e do

²¹BLASENHEIM, P. L op. cit.

²²RESENDE, M.E.L. op.cit.

²³Aqui nos referimos, com destaque, ao trabalho de Anderson Pires (1993)

imposto territorial rural, como dos demais impostos derivados indiretamente da cafeicultura.

Ao contrário das afirmações historiográficas anteriores, a cafeicultura da Zona da Mata apresentou um dinamismo considerável que permitiu, inclusive, a transferência de capital agrário para outros setores, como o setor imobiliário, financeiro e industrial. Houve igualmente o predomínio da grande propriedade com grande concentração de escravos. O capital oriundo do café foi, a exemplo de São Paulo, mas em proporções muito menores, empregado na diversificação econômica da região. Isto não implica em negar a evasão de capital agrário para os setores comerciais do Rio de Janeiro e de Santos, por onde se fazia a exportação do produto originários da Mata e do Sul de Minas, respectivamente. Mas, parte deste capital foi retido no estado, principalmente a partir da montagem de um sistema financeiro próprio.

Sendo o café produzido no Sul e Mata mineiros, as outras regiões dedicavam-se ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência. Esta economia tinha peso insignificante para a receita do estado, principalmente se comparada à receita fiscal oriunda do café.

Com base nestas novas pesquisas enfocamos o tema da representação de interesses de maneira diversificada. Conforme afiançamos anteriormente, nos colocamos a meio caminho entre os dois grupos de autores citados. Considerando a importância econômica de Minas no contexto federal e a importância do café no conjunto da economia mineira, não descartamos a existência da representação de interesses por parte de alguns setores da elite mineira. Mas não acreditamos ter sido este o único móvel de atuação desta elite política. Em alguns momentos, esta elite apoia medidas de interesses mais gerais e menos corporativos, em função exatamente da existência do mosaico mineiro e da consequente necessidade do estado de atuar como redistribuidor de recursos para as regiões não produtivas em Minas. Ao mesmo tempo, seguindo a linha de Fristch²⁴, acreditamos que a defesa da cafeicultura não era uma prerrogativa de grupos cafeeiros, mas um interesse de todas a elite do estado, tendo em vista o peso da cafeicultura na economia mineira como um todo. Destacamos que não houve uma hegemonia das regiões cafeicultoras no poder no estado, sem asseverar portanto, que as elites não cafeicultoras, quando no poder, iam de encontro aos interesses dos produtores.

Quanto à participação de Minas Gerais no contexto federal, priorizamos a análise de suas relações com os grandes estados, especialmente, São Paulo. Neste

²⁴FRISTCH, W. op.cit.

campo, a historiografia mineira e nacional se juntam para os fins de nossa análise. A existência de uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo é quase incontestável pela maior parte da historiografia. O que se discute são os fundamentos da aliança, os seus marcos cronológicos e o grau de sua hegemonia na federação.

No que toca ao primeiro item de discussão, os trabalhos de Schwartzman para o caso de São Paulo e o de Martins para o caso de Minas advogam que a aliança entre os dois estados não teve por fundamento o café, na medida em que a elite mineira não atuava na defesa dos interesses da cafeicultura e a elite paulista teve seu poder político muito aquém de seu poder econômico. Os demais trabalhos acerca da Primeira República²⁵ reconhecem a base cafeicultora da aliança, associando a hegemonia dos dois estados ao seu poder econômico de serem os primeiros produtores da principal fonte de riqueza nacional.

Quanto aos marcos cronológicos da aliança, o debate se amplia. Campello e Souza afirma que a aliança já existia desde o governo Floriano. Boris Fausto²⁶ indica seu início a partir do Governo de Prudente de Moraes. John Wirth²⁷, Joseph Love²⁸, Afonso Arinos²⁹ e Raimundo Faoro³⁰, a partir da formulação do pacto oligárquico por Campos Salles. Edgar Carone, a partir do Governo Rodrigues Alves. Daniel de Carvalho e Vera Alice³¹ durante o governo de Hermes da Fonseca. Martins apresenta um período mais elástico, de 1900 a 1910 e de 1913 a 1929. Armelle Enders³², a partir do governo federal de Bernardes. Como se vê, a respeito dos marcos cronológicos não há consenso na historiografia.

Quanto ao terceiro item, a incontestável hegemonia da aliança vem sendo recentemente contestada, como abordamos anteriormente. Neste vasto campo de debates pretendemos dar uma contribuição a partir dos três campos de divergências citados. A idéia de relativizar os termos da aliança implica em negar a existência de um acordo tácito e permanente entre Minas e São Paulo, colocando-o como pontual. Desta forma, ele só teria ocorrido nas sucessões de Hermes (Pacto de Ouro Fino) e na sucessão de Bernardes. Em geral, os acordos se davam entre os

²⁵Aqui nos referimos aos trabalhos de SOUZA, Maria do C.C. (1985), Edgar Carone (1983), Mello Franco (1973) e José Maria Bello (1972), entre outros.

²⁶FAUSTO, Boris (1979)

²⁷WIRTH, J. op.cit.

²⁸LOVE, J. (1982)

²⁹FRANCO, A.A.M. (1973)

³⁰FAORO, R. (1984)

³¹CARVALHO, Daniel (1956) e SILVA, Vera A. op. cit.

³²ENDERS, A. (1993)

chefes políticos dos principais estados da federação, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Em algumas ocasiões, Minas se encontrava separada politicamente de São Paulo, como na sucessão de Rodrigues Alves, na sucessão de Afonso Pena, no governo Hermes e em períodos do governo Wenceslau. Ao mesmo tempo, pretendemos acompanhar os trabalhos que relativizam a hegemonia cafeeira em si, na medida em que, tanto a elite paulista, como a mineira, bem como a de outros estados, mantinham uma autonomia relativa frente aos interesses do café.

Minas Gerais viveu internamente, durante todo o período em foco, árduas disputas intra-elitistas, que interferiram na luta por sua projeção política a nível federal. Assim, a sua importância política no período não derivou prioritariamente do apaziguamento interno de suas divergências, mas também, e sobretudo, de seu poder econômico, condicionado por ser o segundo maior exportador nacional de café, aliado ao fato de possuir o maior contingente eleitoral. Criou-se uma via-de-mão dupla, onde acontecimentos políticos internos e externos ao estado influenciavam-se mutuamente na composição e decomposição de alianças políticas.

O modelo político em vigor no período em foco, teve a sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Tal instabilidade pôde conter rupturas internas sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação deste modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.

O fato da economia agro-exportadora estar condicionada à ascensão de preços do mercado internacional para a ampliação de seus lucros, a tornava refém da política cambial estabelecida a nível nacional. Portanto, a esfera da política se constituía de importância fundamental para que os interesses econômicos dos cafeicultores fossem contemplados. Tornou-se uma economia altamente dependente da intervenção do Estado e seus agentes dependentes do controle do mesmo. Daí, o interesse premente, dos estados cafeicultores, em manterem-se no poder. Ao mesmo tempo, a necessária aliança com estados não cafeicultores, aliada à luta constante pela hegemonia dos primeiros, limitaram a ação destas elites na defesa de interesses exclusivistas, garantindo ao estado oligárquico da primeira república, a detenção de uma autonomia relativa em se tratando dos interesses do café.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Assis (org.) *Os melhores contos: Lima Barreto*, 3ed, São Paulo: Global,1993.
- BELLO, José M. *História da república: 1889-1954*, 6ed, São Paulo: Cia editora nacional, 1972
- BLAISSENHEIM, Peter. *A regional history of Zona da Mata in Minas Gerais – Brazil, 1870-1906*. Tese de Doutorado, Stanford, 1982.
- CAMMACK, Paul. *O coronelismo e o compromisso coronelista: Uma Crítica*. Cadernos do DCP, Belo Horizonte: n.5,1979.
- CARONE, Edgar. *A república velha: evolução política*, 4ed, São Paulo: Difel, 1983. Volume 2.
- CARRARA, Ângelo. *A Zona da Mata mineira: diversificação econômica e contínuismo (1839-1909)*, Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- CARVALHO, Daniel. *Capítulos de memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Bresil (1889-1930)*, Paris IV, Sorbonne, 1993. tese
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 6ed, Porto Alegre: Editora Globo,1984.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira In:___ *História Geral da Civilização Brasileira*, 5ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Tomo III, volume 1, Livro Segundo, Capítulo 1.
- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios da história da república: 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- FERREIRA, Marieta de M. *Em busca da Idade do ouro*, Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1994.
- FLEISCHER, David V. Carlos Peixoto Filho: o Jardim da Infância.In:___ *Perfis Parlamentares 2: Carlos Peixoto Filho*, Brasília: UnB, 1978. p. 17-55. Introdução
- FRANCO, Afonso A.M.F. *Um estadista na república*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, volumes 1 e 2
- FRISTCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ___ ABREU, Marcelo de P. (org.) *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia: um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1986.

- LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais*, Vozes, Petrópolis: 1981.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS FILHO, A. *The white collar Republic: Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, 1889-1930*. Tese de Doutorado, Illinois, 1987.
- PIRES, Anderson J. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870/1930*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- RESENDE, Maria E. L. *Formação da Estrutura de dominação em Minas Gerais. O novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte : UFMG, 1982. p. 261.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Representação e cooptação política no Brasil*. Revista Dados, Rio de Janeiro, 1970
- SILVA, Vera Alice C. *A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais, 1889-1920*. Dissertação de mestrado. UFMG, 1977.
- SOUZA, Maria do Carmo C. e. *O Processo político-partidário na Primeira República*. In:___ MOTTA, Carlos G. (org) *Brasil em Perspectiva*, 15 ed, São Paulo: Difel, 1985
- TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- WIRTH, Jonh D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira: 1889-1937*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.